SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Vila Maria

CNPJ nº 61.699.567/0003-54

Relatório da Administração

Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembléia Geral dos Sócios. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2011 e as respectivas Demonstrações Contábeis do **Hospital Vila Maria** elaborada nas formas da Legislação vigente. A SPDM é uma Associação Civil sem fins lucrativos fundada em 26/06/1933 é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembléia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), Hospital Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica moderna, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Seu Conselho de Superintendentes é formado por profissionais de alta capacitação técnica, responsáveis pela administração do Hospital São Paulo/Hospital Universitário da UNIFESP, da rede de Unidades Afiliadas e do Programa de Atenção Básica e Saúde da Família, bem como do Programa de Ensino e Pesquisa. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Atualmente a Entidade é constituída por hospitais e centros de assistência regularmente constituídos, sendo partes, o Hospital São Paulo (HSP), Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran, o Hospital Brigadeiro e o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia, o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa, os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC Zona Leste), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria e o AME Mogi de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social, o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos, além dos Programas de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PABSF Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PABSF de Americana e ainda, o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família do Rio de Janeiro, UPA João XXIII – Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PABSF A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 e ainda, dos demais órgãos a ela vinculados, através do qual preste serviço de assistência social, regendo-se pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para lhes prestar os esclarecimentos eventualmente necessários. São Paulo, 14 de Março de 2012., **Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr.** - Presidente da S.P.D.M., **Dr. Nacime Salomão Mansur** - Superintendente das Unidades Afiliadas da S.P.D.M

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

ATIVO	31.12.11	31.12.10
Circulante	**7.140.555,55**	**5.296.613,44**
Caixa e Equivalente de Caixa	4.851.694,26	1.099.652,13
Caixa	-	250,00
Bancos Conta Movimento (nota 4)	110.772,88	640.998,04
Aplicações Financeiras (nota 3c e nota 4)	4.740.921,38	458.404,09
Clientes	-	2.792.710,30
PMSP – Vila Maria (nota 3d)	-	2.792.710,30
Outros Créditos	642.773,72	463.088,06
Adiantamentos a Fornecedores	65.099,22	-
Antecipações Salariais	9.732,24	8.367,55
Antecipação de Férias	267.191,01	245.426,25
Outros Créditos e Adiantamento	36.901,51	68.691,14
Depósitos Judiciais	263.849,74	140.603,12
Estoques (nota 3g e nota 6)	1.646.087,57	941.162,95
Não Circulante	**1.611.933,62**	**2.038.559,43**
Imobilizado-Bens de Terc. (nota 3f e nota 5)	**1.611.933,62**	**2.038.559,43**
Bens Móveis	4.682.596,65	4.659.688,65
Bens de Terc.- Aj. da Vida Útil Econômica	(3.070.663,03)	(2.621.129,22)
Total do Ativo	**8.752.489,17**	**7.335.172,87**
Compensação	**4.682.596,65**	**4.659.688,65**
Bens / Mercadorias de Terceiros	4.682.596,65	4.659.688,65
Bens Recebidos em Comodato	4.682.596,65	4.659.688,65

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.11	31.12.10
Circulante (nota 3e)	**13.725.559,04**	**12.786.297,88**
Fornecedores	1.456.468,04	1.514.006,92
Serviços de Terc. Pessoa Física e Jurídica	1.882.328,11	1.765.514,76
Salários a Pagar	2.262.575,62	1.988.314,34
Contribuições a Recolher	3.182.837,60	2.738.948,48
Provisão de Férias	3.553.986,62	3.480.829,16
Provisão de FGTS sobre Férias	284.318,93	278.466,33
Impostos a Recolher	662.756,51	596.925,16
Empréstimo Funcionário Lei 10.820/03	78.974,60	62.882,24
Obrigações Tributárias	26.526,23	99.962,44
Acordo Trabalhista a Pagar	-	7.000,00
Outras Contas a Pagar	247.691,31	141.947,43
Recebimento de Materiais de Terceiros	30.893,87	44.783,89
Parcelamento de Impostos e Contribuições	56.133,45	66.716,73
Outros Valores de Terceiros	68,15	-
Não Circulante	**9.984.948,10**	**11.304.749,57**
Financiamentos Fornecedores	-	394.814,74
Parcelamentos de Imp. e Contribuições	3.394.926,44	3.754.926,44
Outros Parcelamentos a Pagar	2.780.315,25	2.945.195,25
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 3 h e nota 11)	267.130,78	170.412,96
Provisão de Despesa Processos Cíveis (nota 3 h e nota 11)	1.930.642,01	2.000.840,75
Obrigações - Bens Móveis de Terceiros	4.682.596,65	4.659.688,65
Aj. Vida Útil Econ. - Bens Móveis de Terc.	(3.070.663,03)	(2.621.129,22)
Patrimônio Líquido	**(14.958.017,97)**	**(16.755.874,58)**
Resultado de Exercícios Anteriores	(19.341.634,66)	(14.320.405,48)
Déficit do Exercício	-	(2.435.469,10)
Superávit do Exercício (nota 9)	4.383.616,69	-
Total do Passivo	**8.752.489,17**	**7.335.172,87**
Compensação	**4.682.496,65**	**4.659.688,65**
Bens / Mercadorias de Terceiros	**4.682.596,65**	**4.659.688,65**
Bens Recebidos em Comodato	4.682.596,65	4.659.688,65

Demonstrações do Déficit ou Superávit para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

	31.12.11	31.12.10
Receitas Operacionais	**62.580.092,27**	**58.321.782,47**
PMSP - Hospital Vila Maria (nota 7 a)	62.580.010,52	58.321.721,27
Outras Receitas	81,75	61,20
Outras Receitas	**13.104.142,56**	**681.379,70**
Descontos Recebidos	2.865,17	8.419,52
Despesas Anuladas do Exercício Anterior	302.779,34	128.085,22
Financeiras (nota 3 c)	257.363,95	54.876,03
Doações Recebidas (nota 7b)	2.870,02	3.656,87
Recuperação de Gastos com Estoque	47.426,18	178.108,57
Outras Receitas	63.785,81	73.944,55
Receita do Exercício Anterior	-	234.288,94
Isenção usufr.-INSS Cota Patr. (nota 8a)	10.198.327,55	-
Isenção usufr.-INSS Serv. Terc. (nota 8b)	351.324,22	-
Isenção usufruída-COFINS (nota 8c)	1.877.400,32	-
Total das Receitas	**75.684.234,83**	**59.003.162,17**
Despesas Operacionais	**(58.873.566,05)**	**(61.418.342,52)**
Serviços - Pessoal Próprio	(42.400.522,07)	(37.108.096,37)
Serviços-Terc. Pessoa Física e Jurídica	(9.446.604,93)	(9.713.651,04)
Mercadorias	(6.742.203,62)	(8.241.361,15)
Tributos	(42.121,61)	(38.976,13)
Financeiras	(211.392,54)	(436.283,19)
Outras Despesas	(30.721,28)	(14,13)
Receitas Anuladas do Exercício Anterior	-	(5.826.571,21)
Despesas do Exercício Anterior	-	(53.389,30)
Outras Despesas	**(12.427.052,09)**	**(20.288,75)**
Ganhos e Perdas de Capital	-	(20.288,75)
Isenção usufr.-INSS Cota Patr. (nota 8a)	(10.198.327,55)	-
Isenção usufr.-INSS Serv. Terc. (nota 8b)	(351.324,22)	-
Isenção usufruída-COFINS (nota 8c)	(1.877.400,32)	-
Total das Despesas	**(71.300.618,14)**	**(61.438.631,27)**
Déficit do Exercício	**-**	**(2.435.469,10)**
Superávit do Exercício	**4.383.616,69**	**-**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Fluxos de caixa nas atividades operacionais	31.12.11	31.12.10
Déficit do exercício	-	(2.435.469,10)
Superávit do exercício	4.383.616,69	-
Ajustes por: Ajs. nas contas patrimoniais	(2.585.760,08)	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	20.298,37
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	2.613.024,64	5.507.521,05
(Aumento) Redução em estoque	(718.814,64)	(317.496,86)
Aumento (Redução) em fornecedores	(263.020,82)	125.120,76
Aum. (Red.) em contas a pagar e provisões	333.579,62	2.952.583,24
Aumento (Redução) Bens de Terceiros	(426.625,81)	91.818,59
Caixa líq. prov. das ativ. operacionais	**3.335.999,60**	**5.944.376,05**
Fluxos de caixa nas atividades de investimento		
Adição de Bens de Terceiros	426.625,81	(91.818,59)
Caixa líq. prov. das ativ. de investimentos	**426.625,81**	**(91.818,59)**
Fluxos de caixa nas atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	5.495.916,71	20.264.782,97
Pagamentos de empréstimos/ debêntures	(5.506.499,99)	(25.280.030,69)
Caixa líq. prov. das ativ. de financiamentos	**(10.583,28)**	**(5.015.247,72)**
Aum. (Red.) líq. de caixa e equiv. de caixa	**3.752.042,13**	**837.309,74**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	1.099.652,13	262.342,39
Caixa e equiv. de caixa no final do período	4.851.694,26	1.099.652,13

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

	31.12.11	31.12.10
1 - Receitas	**75.426.870,88**	**53.121.714,93**
1.1) Prestação de serviços	62.580.010,52	58.321.721,27
1.2) Outras receitas	81,75	61,20
1.3) Receitas anuladas do Exerc. Anterior	12.846.778,61	(5.200.067,54)
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	**15.695.790,99**	**17.692.246,27**
2.1) Matérias-primas consumidas	4.457,96	898,58
2.2) Custo das merc. utiliz. na prest. de serv.	6.737.745,66	8.240.462,57
2.3) Serviço de terceiros e outros	8.953.587,37	9.430.596,37
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	20.288,75
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**59.731.079,89**	**35.429.468,66**
4 - Valor Adic. Líq. Prod. pela Assoc. (3)	**59.731.079,89**	**35.429.468,66**
5 - Valor Adic. Recebido em Transferência	**257.363,95**	**54.876,03**
5.1) Receitas financeiras	257.363,95	54.876,03
6 - Valor Adicionado Total (4 + 5)	**59.988.443,84**	**35.484.344,69**
7 - Distribuição do Valor Adicionado	**59.988.443,84**	**35.484.344,69**
7.1) Pessoal e encargos	52.950.173,84	37.108.096,37
7.2) Impostos, taxas e contribuições	1.919.521,93	38.314,67
7.3) Juros e aluguéis	735.131,38	773.402,75
7.4) Déficit ou Superávit do exercício	4.383.616,69	(2.435.469,10)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Eventos	Superávits/Déficits Acumulados	Total
Saldos em 01.01.10	(11.561.115,58)	(11.561.115,58)
Saldo Residual do Imobilizado	(2.759.289,90)	(2.759.289,90)
Déficit do Exercício	(2.435.469,10)	(2.435.469,10)
Saldos em 31.12.10	**(16.755.874,58)**	**(16.755.874,58)**
Saldos em 01.01.11	(16.755.874,58)	(16.755.874,58)
Ajustes Exercícios Anteriores	(2.585.760,08)	(2.585.760,08)
Superávit do Exercício	4.383.616,69	4.383.616,69
Saldos em 31.12.11	**(14.958.017,97)**	**(14.958.017,97)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: A Associação, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Vila Maria**, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A Associação tem como atividade a prestação de serviços de assistência social, regendo-se pelo Convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo e pela legislação aplicável. O objeto do Convênio é o gerenciamento e execução de atividades e serviços da saúde, no Hospital Municipal Vereador José Storopolli. A Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 estabelece em seu Art. 29. e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade. A Entidade tem atendido substancialmente aos procedimentos requeridos para suportar suas atividades filantrópicas, inclusive estatutariamente. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações financeiras de 2011, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução Nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 877 de 2000 que aprovou a NBC T 10.19, alterada pelas Resoluções nºs 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. Essas alterações tiveram por objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade – IFRS e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, sejam expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Na elaboração das demonstrações contábeis agregadas, foram utilizadas demonstrações encerradas nas mesmas datas-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. Dentre as principais alterações nas práticas contábeis introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 estão os ajustes a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. A nova lei que modificou a definição de imobilizado excluiu dele os bens não corpóreos (marcas, patentes, etc.) e obrigou a inclusão de bens que não fossem de propriedade da empresa, mas que tivessem por finalidade a manutenção das atividades, ou seja, incorporar bens decorrentes de operações que transfiram à Entidade os benefícios, os riscos e controle desses bens. Sendo assim, foram adicionadas em 2009 ao plano de contas da Entidade, contas que contemplassem a inclusão dos bens de terceiros junto ao imobilizado. No Exercício de 2010 todos os bens móveis adquiridos inclusive os de períodos anteriores a 2009 que por força de contratos ou convênios, pertencem aos contratantes ou convenentes terceiros, passaram a ser classificados como bens de Terceiros (conforme nota explicativa nº 6) e os respectivos valores foram baixados dos bens próprios. **3. Principais Práticas Contábeis:** Na escrituração dos atos e fatos que deram origem às demonstrações contábeis da Associação, foram adotadas práticas contábeis, cujas principais, descrevemos a seguir: **a) Receitas e Despesas:** As receitas, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **b) Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **c) Aplicações Financeiras:** Estão demonstradas acrescidas dos rendimentos correspondentes apropriados até a data do Balanço com base no regime de competência. **d) Valores a Receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. **e) Outros Ativos e Passivos Circulantes:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra se conforme decisão judicial. Com referência a outros passivos exigíveis, a Entidade está se valendo de Medidas Liminares - Tutelas Antecipadas obtidas na justiça federal, que suspendem a exigibilidade de recolher o PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%. **f) Imobilizado Bens de Terceiros:** Apresenta-se pelo custo de aquisição ou valor original, os ajustes à vida útil econômica dos bens são calculados pelo método linear, conforme nota 5. A contrapartida dos ajustes é debitada a conta redutora de Obrigações - Bens Móveis de Terceiros no Exigível a Longo Prazo. **g) Estoques:** Os valores constantes do Balanço Patrimonial se referem às suas atividades de atendimento hospitalar. Estes estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado. **h) Contingências:** Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM - Hospital Vila Maria vem sendo acionada em ações cíveis. Caso haja sentenças desfavoráveis em todos os processos, a Associação terá que arcar com uma despesa no montante de R$ 1.930.642,01 em valores de 31/12/2011, onde provisionados no balanço em sua totalidade. Para o mesmo tipo de ação, cíveis, onde a possibilidade de sucesso era tida como "possível", o montante perfaria o total de R$ 56.868,92. Dentro da mesma linha, em 2011 a Associação tem um passivo em reclamações trabalhistas com probabilidade de perda "provável" da ordem de R$ 267.130,78, o qual se encontra provisionado no balanço como Contingências Trabalhistas em sua totalidade, e para o mesmo tipo de ação onde a possibilidade de sucesso era tida como "possível" o total de processos monta em R$ 1.665.033,86. Existem ainda ações de execução promovidas por fornecedores cuja grande maioria encontra-se na fase onde foram realizados os devidos acordos para pagamento. Todos os valores originais encontram-se consignados no passivo. Para processos já acordados, os valores já se encontram atualizados. Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "possível", "provável" e "remota", encontra-se em conformidade ao estabelecido no CPC 25 e Deliberação CVM 489/2005. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa -** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa incluídos dos fluxos de caixa compreendem:

	31.12.11	31.12.10
Saldos em Bancos	110.772,88	641.248,04
Aplicação Financeira de Curto Prazo	4.740.921,38	458.404,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.851.694,26**	**1.099.652,13**

5. Imobilizado - O imobilizado é composto por bens de terceiros os quais tiveram seus valores reclassificados para atender a legislação atual. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

		31.12.11			31.12.10
Imobilizado - Bens de Terceiros	**Taxa Anual Deprec.**	**Custo Corrigido**	**Ajustes**	**Valor Líquido**	**Valor Líquido**
		(4.682.596,65)	**(3.070.663,03)**	**1.611.933,62**	**2.038.559,43**
Apar.Equip.Utens. Méd. Odont. e Laboratório	10%	2.654.178,52	(1.700.853,51)	953.325,01	1.190.031,87
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	612.412,80	(607.894,76)	4.518,04	77.453,68
Mobiliário em Geral	10%	472.064,81	(273.765,10)	198.299,71	242.372,23
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10%	690.046,64	(278.080,88)	411.965,76	458.294,16
Aparelhos de Medição	10%	5.366,79	(5.366,79)	-	-
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10%	24.683,98	(19.766,80)	4.917,18	6.767,22
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10%	67.633,55	(42.825,97)	24.807,58	30.989,86
Máquinas e Equipamentos Industriais	10%	74.021,52	(75.404,08)	(1.382,56)	10.919,72
Máquinas e Equipamentos Energéticos	10%	4.472,75	(4.472,75)	-	-
Máquinas e Equipamentos Gráficos	10%	3.717,52	(3.717,52)	-	-
Equipamentos para Áudio /Vídeo e Foto	10%	41.721,28	(27.506,74)	14.214,54	17.409,89
Máquinas e Utensílios de Escritório	10%	5.010,30	(5.010,30)	-	-
Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10%	27.266,19	(25.997,83)	1.268,36	4.320,80

continua...

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Imprensa Oficial do Estado S A
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR Imprensa Oficial, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), OU=(em branco), CN=Imprensa Oficial do Estado S A, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

...continuação

6. Estoques - No encerramento do exercício os estoques de materiais eram compostos por:

	31.12.11	31.12.10
Nutrição	94.453,14	54.735,49
Farmácia	482.736,12	318.325,40
Almoxarifado	1.048.525,26	527.201,17
Empréstimos a Terceiros	20.373,05	40.900,89
	1.646.087,57	**941.162,95**

7. Origens dos Recursos e Disposições da Lei nº 12.101 de 27/11/2009 - a) Das Receitas Operacionais - Os valores recebidos diretamente pela Associação através da Prefeitura do Município de São Paulo representaram 100% (100% em 2011) do total das receitas de serviços. **b) Doações:** Eventualmente a Associação recebe doações de pessoas físicas e pessoas jurídicas. No exercício de 2011, a Associação recebeu doações no montante de R$ 2.870,02 (R$ 3.656,87 em 2010). **c) Das disposições da Lei 12.101 e portaria 1.970:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, a Entidade tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. A fim de cumprir o estabelecido a Associação realizou no ano um total de atendimentos ambulatoriais, pronto-socorro e pronto atendimento da ordem de 234.278 (240.532 em 2010), Serviços Apoio Diagnóstico Terapêutico (SADT) da ordem de 495.840 (155.818 em 2010), internações na ordem de 10.616 (10.336 em 2010) e paciente-dia na ordem de 65.909 (62.313 em 2010), sendo todos serviços prestados aos pacientes do SUS. **8. Contribuições Sociais -** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e a portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao Cebas Saúde conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal e Cofins. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registradas em contas específicas de resultado, despesa (3212000) e receitas (4212000) e totalizam: a) A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados usufruída pela condição de filantrópica no ano exercício de 2011, a qual se encontra registrada em conta específica monta em R$ 10.198.327,55. Os valores de anos anteriores não se encontram registradas em contas específicas de receitas, porém estas isenções totalizaram R$ 9.152.324,50 em 2010. b) A mesma isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, agora sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros, a qual se encontra registrada em conta específica de receitas, no exercício de 2011 atingiu um montante de R$ 351.324,22. Para os anos anteriores onde não existiam contas segregadas, conforme folhas de pagamentos dos serviços, apurou-se que no exercício de 2010 as isenções totalizaram o montante de R$ 439.351,82 em 2010. c) Com relação à isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) motivada pela isenção usufruída devido à filantropia, conforme classificação em conta específica o montante foi de R$ 1.877.400,32. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2010 quando não existia conta específica para registrar a isenção usufruída, ela foi de R$ 1.751.299,76 em 2010. **9. Patrimônio Líquido:** Em 31 de dezembro de 2011 a unidade apresentou um superávit de R$ 4.383.616,69 (déficit de R$ 2.435.469,10 em 2010), e ainda apresenta patrimônio líquido no montante de (R$ 14.958.017,97) e (R$ 16.755.874,58) em 2010. A administração da unidade continua com esforço, para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do Patrimônio Social e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades. **10. Ajustes de Exercícios Anteriores:** Para ajuste de ativos e outras dívidas de exercícios anteriores tendo em vista trata-se de pendências de exercícios anteriores, foi realizado no exercício de 2011, um ajuste direto na conta de patrimônio no montante de R$ 2.585.760,08. O referido valor é resultado da baixa dos valores residuais existentes na unidade. **11. Contingências -** A Entidade, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza, fiscal, trabalhista e cível em diversas instâncias, ajuizados e conhecidos nas datas dos balanços, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição da provisão com base em vários fatores (conforme nota explicativa nº 3h), incluindo a opinião dos seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das Provisões para Contingências, considerado suficiente pela Administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento é composto como segue:

Tipo	31.12.2011	31.12.2010
Cíveis	1.930.642,01	2.000.840,75
Trabalhistas	267.130,78	170.412,96
Total	**2.197.772,79**	**2.171.253,71**

Ata da 11ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

Data, Horário e Local: Aos 07/05/2012, às 08hs, na sala de reuniões localizada no 2º subsolo do edifício situado à R. Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profª Dra. Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo, Dr. Flávio Bitelman, Dr. Hercilio Ramos, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Profª Drª Ana Luisa Höfling de Lima, Prof. Dr. Arthur Beltrame Ribeiro. **Convidados: Superintendentes:** Profs. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur, Dr. Anderson Viar Ferraresi (Departamento Jurídico SPDM), **Contadores:** Enio Santos, Darlei Alves Freire (PAIS), Almeida Júlio dos Santos e Regiane Fernandes de Almeida, Gerente Contábil (HUAf). O Presidente deu início à reunião, agradecendo a presença de todos, fez a leitura da ata da reunião anterior 07/12/2011 tendo sido aprovada por unanimidade, dando-se posse aos Conselheiros Dr. Flávio Bitelman e Dr. Hercílio Ramos, reeleitos por este Conselho para um mandato de mais 4 anos e após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, relembrando que os assuntos já foram aprovados *ad referendum* pelo Conselho Administrativo da SPDM. **Ordem do Dia: 1. Posse dos Associados da SPDM eleitos pelo Conselho Administrativo:** Dr. Rubens, com a palavra, deu posse aos associados SPDM Profs. Drs. Ana Luisa Höfling de Lima, brasileira, casada, professora universitária, R.G. nº 5.900.886, CPF/MF nº 024.896.468-26, residente e domiciliada na R. Gil Eanes, nº 154, apto 101, Campo Belo, CEP 04601-040 e Artur Beltrame Ribeiro, brasileiro, casado, professor universitário, R.G. nº 2.989.562, CPF/MF nº 193.106.418-00, residente e domiciliado na R. Manoel da Nóbrega, nº 572, apto. 102, Paraíso, CEP 04001-002 - reeleitos pelo Conselho Administrativo da SPDM para continuarem o mandato, por mais 4 anos, como Conselheiros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, conforme ata do CA de 12/12/2011; **2. Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2011 das Instituições Afiliadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina geridas por contratos de gestão, a saber: Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) atual Hospital Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), o Centro Estadual de Análises Clínicas Zona Leste (CEAC), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, e o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde sendo em São Paulo - Capital, o Programa de Atenção Integral à Saúde Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o Programa de Atenção Integral à Saúde P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o Programa de Atenção Integral à Saúde de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, Programa de Atenção Integral à Saúde A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente, Profª Drª Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva, Dr. Hercílio Ramos, Dr. Flávio Bitelman, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo

Parecer da Assembléia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (art. 19 inciso V), realizada nesta data (23/04/2012), examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2011 da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independentes e acatando suas observações, esta Assembleia opinou favoravelmente à aprovação dos referidos documentos. São Paulo, 23/04/2012. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Júnior - Presidente

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data (18/04/2012), examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2011 da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Vila Maria (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Salto (HS), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Complexo Hospitalar Ouro Verde de Campinas (CHOV), o Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), o Hospital Brigadeiro (HBRIG) e o Hospital e Maternidade Dr. Odelmo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Pronto Socorro Municipal da Vila Maria Baixa (PSMVMB), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC), o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria e Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia São Paulo (AME MZ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Psiquiatria Vila Maria (AME VM) e o AME Mogi (AME MOGI) de Mogi das Cruzes, o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (REDE), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (CRLMSJC), além dos Programas de Atenção Integral à Saúde (PAIS-SP) desenvolvidos junto às diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, dos quais são parte o PAIS Território Aricanduva/Sapopemba/São Mateus e o PAIS P.A. São Mateus/ P.S.M. Dr. Augusto de Mattos, o PAIS de Americana e ainda, o Programa de Atenção Integral à Saúde do Rio de Janeiro, UPA João XXIII - Unidade de Pronto Atendimento A.P. 5.3, PAIS A.P. 3.2, UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 18 de Abril de 2012.

Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta
Prof. Dr. Clóvis R. Nakaie

Prof. Dr. Rubens Belfort Mattos Jr. - Presidente da S.P.D.M. **Luis Fernando Paes Leme -** Diretor Técnico **Regiane Fernandes de Almeida -** Contador - CRC-1SP 237750/P-7

Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria - **1)** Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Vila Maria**, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2011, e as respectivas Demonstrações do Déficit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Vila Maria** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Ênfase:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Associação apurou superávit no montante de R$ 4.383.616,69, tendo ainda acumulado déficits de R$ 19.341.634,66, diminuindo o patrimônio líquido negativo de R$ 16.755.874,58 para R$ 14.958.017,97. A Associação continua com o esforço para obtenção de recursos para equacionar a estrutura do patrimônio social e da busca de uma maior eficiência operacional e pelo sucesso de outras medidas a serem implementadas pela Administração, para assegurar a continuidade normal de suas atividades. **6) Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 15 de abril de 2011, que não conteve modificação. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

São Paulo - SP, 30 de março de 2012

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298

Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior	Alexandre Chiaratti do Nascimento
CPF.: 566.878.500-91	CPF.: 147.823.488-19
CRC/RS "S" "SP" 058.252/O-1	CRC.: 1 SP. 187.003/O -0
CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04	CNAI - 1620

rec:7425012

SANTA LUCIA CONCRETO E TERRAPLANAGENS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação Nº 62000222 válida até 07/05/2016, para FABRICAÇÃO DE MASSA DE CONCRETO, TIJOLOS, LAJES E DESDOBRO DE MADEIRA, sito à AVENIDA PAULO MARCONDES, 1803 DIST. INDUSTRIAL JALES/SP.

rec:7425013

RJ CONSTRÓI TUPÃ - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA. ME, torna público que requereu da CETESB a Renovação da Licença de Operação, para a atividade de fabricação de massa de concreto preparada para construção, sito à Rodovia Cmte.João Ribeiro de Barros, km.526+.800m. Tupã/SP.

rec:7425014

CVR ASSISTÊNCIA TÉCNICA INDUSTRIAL LTDA EPP, torna público que requereu na CETESB a renovação da Licença de Operação para fabricação de ferramentas industriais, sito à Rua Taquari, 164, Bairro Santa Maria - Santo André/SP.

rec:7425015

PETROISA IRRIGAÇÃO LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Simplificada Nº 71000025, válida até 23/03/2016, para Mangueiras, canos e tubos de plástico, fabricação de, sito à RUA LUIZ SCARCELLI, 199, JD PAINEIRAS AVARÉ/SP.

rec:7425016

CAMARGO COMPANHIA DE EMBALAGENS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N° 61000359 e requereu a Licença de Operação para Embalagens de material plástico (polietileno, pvc e semelhantes), fabr, sito à RUA ÁLVARO CAMERIN, 51, CX P. 129, DIST. INDUSTRIAL - TIETÊ/SP.

rec:7425017

SILVA E SANTOS METALURGICA E REFRATARIOS LTDA - EPP, torna público que requereu junto a CETESB as Licenças Prévia e de Instalação para suas atividades de Artefatos de serralheria, exceto esquadrias, fabricação de, sito à Rua Pedro (Ângelo) Moret, nº 99 - Distrito Industrial - Cerquilho/SP.

rec:7425018

EXTRAMIX CONCRETO LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação N° 5006101, válida até 19/05/2016, para Fabricação de Massa de concreto preparada para construção, sito à Rodovia Jorn. Francisco Aguirra Proença - SP 101, s/nº, Km 3,5, Faz. Sta. Bárbara, Campinas/SP.

rec:7425019

FIASIL LTDA EPP , torna público que requereu renovação de sua licença de operação na Cetesb para atividade de extração de argila, a ser realizada no Sítio Belo, sito à Rodovia SP 340, km 241 Casa Branca/SP.

rec:7425020

JUMAK - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N° 61000396 e requereu a Licença de Operação para Esteiras para linha de montagem, fabricação de, sito à RUA PROFESSOR ANTONIO DE ALMEIDA PRADO, 548 ITU /SP.

rec:7425021

NATANAEL CABRAL EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença Previa e de Instalação N° 52000322 para COM. VAREJISTA COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (postos revendedores), sito à Avenida Vicente Jose Parise n° 2000-Vila Sargi Taquaritinga/SP.

rec:7425022

TERRAZZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Simplificada n° 67000034, válida até 18/05/2015, para TOLDOS , APARTIR DE TECIDOS ESPECIAS E MOBILIÁRIOS, FABRICAÇÃO DE , sito à AV. PRESIDENTE VARGAS , 2060 , JARDIM LUCÉLIA DRACENA/SP.

rec:7425023

CERÂMICA SÃO JOSÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME, torna público que RECEBEU DA CETESB A RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 52000875,VÁLIDA ATÉ 08/12/2015,PARA A FABRICAÇÃO DE FILTROS DE CERÂMICA OU BARRO COZIDO , sito à AV. MAJOR NOVAES 2215 SOROCABANO JABOITICABAL/SP.

rec:7425024

SANFIOS INDUSTRIA TEXTIL LTDA- EPP, torna público que recebeu da CETESB, a Licença Prévia e de Instalação nº 34001178 e requereu a Licença de Operação, para atividade de Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos e artigos têxteis, I , sito à Rua do Mecânico, 106, JD.INDL. Werner Plaas, Americana/SP.

rec:7425025

ADEMIR BARBOSA BRAIANI FI, torna público que recebeu junto à CETESB - OSASCO a Licença Prévia nº 32002113 e requereu a Licença de Instalação para Postos de Abastecimentos, sito à Estrada Elias Alves da Costa nº 15 - Vila Esperança - Itapevi/SP.

rec:7425026

AVA PRODUTOS E TECNOLOGIA LTDA., torna público que recebeu da CETESB A Licença Prévia Nº 6002569 e requereu a Licença de Instalação para Fabricação de Adubos e Fertilizantes Nitrogenados., sito à Esvc Rui de Camargo Ayres, Km 0,3, Sarapui dos Antunes Piedade/SP.

rec:7425027

PALMIFRUTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES DE BANANA LTDA-ME ME, torna público que solicitou junto à CETESB a Licença de Operação para a atividade de "Fabricação de Doces de Banana em Pasta", , sito à Rua José Camacho, 753 - Quadra 320, Lotes 20, 21 e 22 - Parque Industrial II PALMITAL/SP.

rec:7425028

N P HAIR SOLUTION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - ME, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 32006362, válida até 18/05/2014, para Artigos de perfumaria e cosmeticos, fabricação de, sito à RUA JOAQUIM DAS NEVES, 242, VILA CALDAS CARAPICUÍBA/SP.

rec:7425029

AUTO POSTO OURO VERDE DE REGISTRO LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Nº 49000436, válida até 15/05/2017, para Comércio Varejista de Combustível e Lubrificantes, sito à Rodovia Regis Bittencourt, Km 442 - Arapongal Registro/SP.

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Imprensa Oficial do Estado S A
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autenticado por AR Imprensa Oficial, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), OU=(em branco), CN=Imprensa Oficial do Estado S A, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br